

# **DESGLOBALIZAÇÃO E DESOCIDENTALIZAÇÃO: DESIGUALDADES, POPULISMO E EMOÇÕES**

PROFA. DRA. ISABEL FERIN CUNHA<sup>34</sup>

## INTRODUÇÃO

A palavra Desglobalização foi utilizada em 2002 pelo economista filipino Walden Bello, antes da crise financeira global de 2008 tornar perceptível as numerosas e profundas fraturas criadas pelo processo de globalização financeira e neocapitalista. A expressão surgiu a partir da análise de dados de instituições internacionais — como

---

<sup>34</sup> Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Coordenadora do ICNOVA – Instituto de Comunicação da Nova, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa).

o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização do Comércio Internacional, o Grupo dos 7 (G7) e dos 20 (G20) – e procurou mostrar como o processo de globalização em curso tinha não só limites, como assimetrias, entre e no interior dos países, geradoras de rupturas e disfunções económicas e sociais. O conceito foi utilizado, com algumas variações, por movimentos sociais alternativos, como os Alter-Globalização (anos 1980); ATTAC (*Association pour la Taxation des Transactions pour l'Action Citoyenne*, desde 1998); os Fóruns Sociais Mundiais (desde o início do milénio); movimentos que se manifestam em cimeiras de Davos, do G7 ou do G20.

Ao utilizar o conceito de Desglobalização, o texto pretende discutir um conjunto de fenómenos, emergentes após a crise financeira de 2008, que tende a reverter, controlar, ou desacelerar o processo de Globalização, instaurando uma outra Ordem Mundial, que põe em causa os modelos e valores ocidentais que presidiram à construção do mundo pós Segunda Guerra Mundial. Embora se mantenham alguns dos seus indicadores estruturais, tais como o comércio internacional e a mobilidade de fluxos financeiros, o caminho parece apontar para outros modelos de governação, autoritários e populistas. Em simultâneo, irrompem no espaço público internacional valores alternativos aos que presidiram à Globalização, pondo em causa, por exemplo, convenções humanitárias e de liberdade de imprensa internacionais, instaurando uma visão do mundo neoliberal concorrencial. Esta tendência aprofundou-se a partir dos meados da década de 1990, após o colapso da União Soviética e da vitória das políticas neocapitalistas representadas, no ocidente, pelos governos ingleses e norte-americanos Thatcher/Reagan, ainda no final da década de 1980. A ideia de Globalização, tal como é comumente apresentada, emergiu associada à Nova Ordem Mundial instalada no pós Segunda Guerra Mundial, tendo, como discurso utópico, um mundo mais igualitário criado a partir da abertura e liberação dos mercados. A realidade mostrou a hegemonia dos Estados Unidos e seus aliados, que dominou o final do século XX, e a primeira década do milénio, e assentou na universalização da economia de livre mercado; na exploração desenfreada de recursos naturais e

humanos; na luta por recursos energéticos; na concentração de renda e na universalização de um imaginário simbólico e tecnológico ocidentalizado. Em simultâneo, e concomitantemente, observou-se a expansão de democracias, de matriz ocidental; a celebração de acordos internacionais, como os de Livre Comércio, de Direitos Humanos e Agenda para o Desenvolvimento; a melhoria nas vidas de milhões de pessoas tornadas consumidoras e a exclusão de outras, devido a alterações de paradigmas industriais, económicos e financeiros.

Em meados da segunda década do milénio assiste-se, com perplexidade, ao colapso desta ordem impulsionado do interior do sistema que, aparentemente, mais beneficiou com ela: os Estados Unidos; o Reino Unido e a União Europeia. Em substituição, emergiram, aos olhos de muitos cidadãos, como modelos eficazes de governação, muitos líderes de países não-democráticos, suportados por oligarquias de diversas proveniências, como a China, a Rússia, as Filipinas, a Turquia ou Singapura. Estes líderes puseram em causa – por serem considerados “luxos ocidentais” e terem pouca eficácia governativa – os direitos humanos e valores como a liberdade de expressão e de imprensa. A este processo, que está associado à eclosão de populismos na Europa e nas Américas do Norte, e do Sul, e à retração destes países – no campo económico, financeiro e político – perante outros, nomeadamente a China, designa-se Desocidentalização.

O conceito de Desocidentalização pode ser entendido como um processo contínuo ou como uma mudança intelectual. Ambas as perspectivas assumem que estão instauradas relações de poder que levam à hierarquização do mundo em que prevalece o domínio de potências centrais e a subordinação de países e regiões semiperiféricas e periféricas (Wallerstein, 2004, 2006). A ideia de processo corresponde à ideia de que estão em curso mudanças de princípios que, instaurados a partir do século XVI, orientaram a gestão do mundo, desde o início do domínio imperial ocidental até à contemporaneidade. A Desocidentalização é colocada em marcha por muitos governos de países a partir da desvinculação a modelos de governação e a instituições ocidentalizados no campo político; jurídico; económico e

outros. A rutura pode ainda estender-se a alterações político-religiosas, simbólicas e epistémicas, das quais são exemplos alguns países islâmicos.

A segunda perspetiva da Desocidentalização, de cariz intelectual, significa a discussão do domínio e dos princípios teóricos e conceituais que implantaram a hegemonia do Ocidente, nomeadamente aqueles que, após o século XIX, se estruturaram nas academias, no campo das Ciências Sociais e Humanas. Muitos dos intelectuais que reivindicam estas mudanças têm origem diaspórica ou advém de territórios colonizados e discutem, dentro das concepções ocidentais dominantes, outras formas de compreensão, e representação do mundo, de grupos marginalizados e povos subalternizados. A Desocidentalização surge em muitas academias como um requisito teórico necessário à compreensão de outros, *outsiders*, minorias, despossuídos e dominados sem voz, consubstanciando o alargamento do campo de Estudos Sociais e das Humanidades. A expressão destas teorias e conceitos reflete-se na crítica ao Eurocentrismo e nos desdobramentos do Orientalismo e na formulação de narrativas alternativas híbridas e contra-hegemónicas, de que são exemplo os estudos de Stuart Hall (1997) e Hommi Bhabha (2005). A crítica ao Eurocentrismo põe em discussão o conjunto de doutrinas e visões éticas derivadas da expansão ocidental/europeia, apresentadas como valores universais (Wallerstein, 2006). Acresce que alguns desses críticos consideram o Eurocentrismo a ideologia – que se expande em todas as áreas do conhecimento e constitui a estrutura cognitiva das nossas sociedades – que suporta a expansão capitalista ocidental/europeia (Gluck, 2015). Este texto concentra a atenção na perspetiva de Desocidentalização enquanto processo, na medida em que se articula com o fenómeno de Desglobalização em muitas das suas facetas políticas, económicas e sociais.

Os movimentos, Globalização, Desglobalização e Desocidentalização, assentam no desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação; na velocidade conferida por estes dispositivos às trocas financeiras e comerciais e à expansão de um imaginário simbólico de consumo global que foi apropriado em função dos locais, regiões, continentes e culturas. No entanto, na perspetiva da cultura

de massas, e de uma forma reducionista, pode-se dizer que a expansão da Globalização, no século passado, esteve, e está, associada à imprensa escrita, à rádio, ao telégrafo e aos múltiplos écrans/telas de conteúdos produzidos por empresas de cinema e televisão. Enquanto o fenómeno da Desglobalização e da Desocidentalização tende a construir-se em torno da convergência mediática; dos *big data* acumulados e vendidos por empresas tecnológicas; dos usos e conteúdos disseminados nas redes sociais; dos *pruduzers*, tendo como motor fenómenos associados ao exacerbamento de múltiplas identidades que a Globalização, e a convergência mediática, potenciam.

Neste contexto multifacetado, o objetivo deste texto centra-se na reflexão sobre as causas e consequências do movimento de Desglobalização e da Desocidentalização, na segunda década do século XXI, bem como sobre a sua relação com a expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação.

## CRISE DE 2008, NOVA ORDEM E NEGÓCIOS DA CHINA

Nunca é demais frisar que a eclosão de um conjunto de fenómenos, que puseram em causa a Globalização, tal como ela foi percebida até ao início deste século, emerge, de forma absoluta na atenção pública internacional, com a crise económico/financeira de 2008. Esta crise, com o seu epicentro em empréstimos bancários imobiliários, nos Estados Unidos, originou uma queda na liquidez e rendimentos disponíveis, com efeito dominó, não só em todo o sistema financeiro e económico mundial, mas também nas expectativas de vida de uma parte considerável da população envolvida. Os efeitos diretos foram, evidentemente, diferenciados em função dos continentes, regiões e países, bem como do respetivo grau, e qualidade, de inserção no designado processo de globalização. No entanto, o colapso bancário permitiu ver, de forma inequívoca, que os Estados, por mais democratas liberais que se apresentassem ao eleitorado – defendendo as leis dos mercados e a retração do Estado na economia – escolheram intervir, no sistema financeiro, socorrendo as

instituições em colapso, em detrimento do cidadão comum, afetado de forma irreparável pela ruína dessas mesmas instituições.

Não se pode considerar a crise do *sub-prime* de 2008, e as suas consequências, como sendo motivos exclusivos pela erupção de um conjunto de fenómenos globais, tais como a crise das democracias e de sua governação; as alterações climáticas; a corrupção em amplos setores da sociedade; os atentados aos direitos humanos e à liberdade de expressão; as migrações decorrentes de guerras, falência de estados e crises ambientais; as alterações nas dinâmicas do trabalho e emprego ou, ainda, a massificação do uso de tecnologias de informação e comunicação. No entanto, a crise de 2008, e as políticas empreendidas para a contornar, iluminaram, decisivamente, os limites da Globalização e, simultaneamente, vieram dar legitimidade e, ou, visibilidade, às reivindicações e orientações populares até então escondidas ou contidas. Independentemente das políticas económicas e financeiras, de austeridade – na União Europeia – ou expansionistas – nos Estados Unidos – adotadas pelos Estados, ou governos regionais, as clivagens políticas, económicas e sociais eclodiram de forma inexorável.

Em simultâneo, os meios de comunicação *mainstream* ocidentais deram voz, quase em unanimidade, às políticas oficiais de austeridade ou expansionistas, tornando-se amplificadores das elites políticas e económicas e dos seus interesses. Na Europa, por exemplo, os grandes meios de comunicação rotularam pejorativamente os cidadãos dos países em crise e acirraram os restantes concidadãos contra aqueles (Picard, 2015). A constante discursiva foi atribuir a determinados estereótipos, de cariz xenófobo e nacionalista, as causas da crise, ao mesmo tempo que reforçaram discursos sobre a necessidade de políticas punitivas aos prevaricadores (Cunha, 2015). A informação veiculada, durante os anos mais extremos da Grande Recessão, privilegiou as fontes oficiais das grandes instituições financeiras e desconsiderou os contraditórios que apontavam para causas sistémicas e para políticas alternativas de contenção da crise. A desconfiança instalou-se relativamente a estes meios e aos seus interesses, nomeadamente face às cadeias de televisão e ao seu jornalismo. Como

consequência, uma parte substancial da população, nas democracias ocidentais, ou ocidentalizadas, desviou a atenção para as redes sociais e abriu, definitivamente, a estes dispositivos o caminho da informação pública.

Acresce que se atribui à crise financeira do Lehman Brothers, de 2008, ter colocado o maior desafio à Ordem Mundial, estabelecida no pós Segunda Guerra Mundial, ao iluminar um conjunto de desigualdades e desequilíbrios, na distribuição da riqueza, nos países que, em princípio, deveriam ter sido os seus grandes beneficiários. Os movimentos populistas na Europa e em países da esfera ocidental; as recaídas autoritárias em países do Leste da Europa; as eleições nos Estados Unidos em 2016; o Brexit, em 2017, e as sublevações, em França, dos *gilets jaunes* em 2018, são os exemplos mais acabados do fim de uma transição para uma outra Ordem Mundial, que tende a colocar em causa os mecanismos da Globalização existente.

Assiste-se, assim, à falência de uma Ordem Mundial que teve como discurso utópico promover a emergência de classes médias consumidoras; a integração económica, social e política das nações; o acelerado movimento de pessoas e de fluxos financeiros no mundo. Sintoma do fracasso desta Ordem é a irrupção, no espaço público, dos deserdados, ou excluídos que denunciam os privilégios das grandes corporações – empresas tecnológicas, bancos, fundos financeiros –, a gritante concentração de renda e os crescentes atropelos aos direitos sociais e de liberdade de expressão. A velha ordem contestada – nas urnas ou nas ruas – pelos cidadãos excluídos da Globalização, exige uma outra Ordem. Esta está já desenhada no conjunto de medidas programáticas de partidos extremistas – de direita ou de esquerda – ou encontra-se em fase de implementação por diferentes líderes autoritários, e ou populistas. Quer os programas dos partidos, quer as medidas aplicadas por estes líderes apelam, aleatoriamente, ao nacionalismo, ao conservadorismo moral, à xenofobia e ao racismo. Têm a obsessão pela segurança, interna e externa, e a valorização do sector militar e das armas; o fechamento das fronteiras a migrantes; o condicionamento dos meios de comunicação e a hostilização a culturas exógenas. O quadro económico em que se movem difere em função da

estratégia geopolítica e do quadrante político em que se situam objetivando, por esta razão, quer aumentar o protecionismo económico ou liberalizar os mercados; quer restabelecer barreiras aos mercados ou abri-los sem acautelar os interesses mínimos nacionais.

Da crise de 2008 emerge como potência mundial a China. Com um crescimento anual nas últimas décadas do século XX de cerca de 10%, a China confrontou-se, após 2008, com a queda de exportações e importações, com o aumento da taxa de desemprego, bem como com a retração do investimento estrangeiro. Em resposta, o governo chinês, uma ditadura altamente centralizada de partido único, implementou um pacote de estímulos económicos de US\$ 586 bilhões e moderou as políticas monetárias para aumentar os empréstimos bancários. Contudo, o crescimento real do PIB desacelerou nos últimos anos para os 6,7% em 2016 e a previsão é de desaceleração para 5% até 2022 (Morrison, 2017, p.4). São vários os desafios económicos que enfrenta a China, tais como a dependência excessiva de investimento fixo e exportações, para o crescimento económico, em detrimento do consumo interno; da estatização da economia; do sistema bancário; da justiça, para além dos problemas sociais derivados da multiétnica e da poluição ambiental.

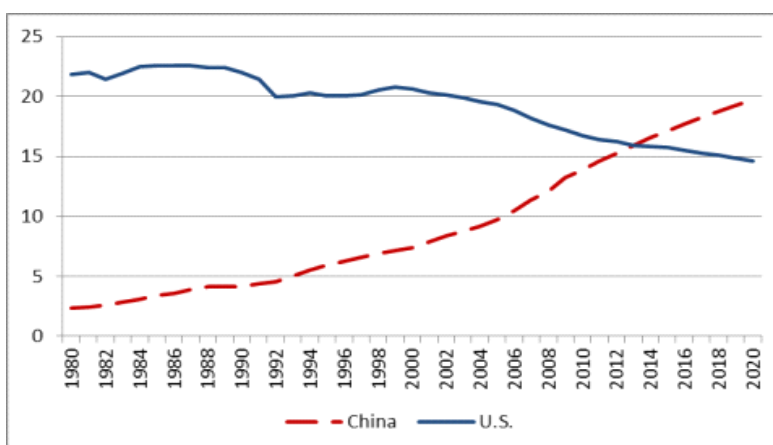


Figura 1. – PIB chinês e americano (base PPP) como percentagem do total global: 1980-2016 (%)

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, abril de 2017.



A crescente influência económica global da China afetou, e afeta, os interesses dos Estados Unidos que tem retaliado com a imposição de taxas às importações e às empresas americanas deslocadas naquele país. Em simultâneo, o presidente Trump, denunciou em janeiro de 2017, o tratado designado por *Trans-Pacific-Partnership* (TPA) assinado com mais 11 países, deixando caminho para o crescimento da influência chinesa e para a celebração de acordos bilaterais ou multilaterais entre os Estados Unidos e os restantes países. O poder económico e financeiro da China e a sua consequente influência política estendeu-se a diversos continentes como a África, Europa e América Latina. Num momento de escassez de investimento mundial, a China, dispondo de avultados capitais, financia investimentos nas infra-estruturas e compra ativos estratégicos em países europeus em crise, por exemplo em Portugal e na Grécia, mas também em África, como em Moçambique e Angola. Tais políticas envolvem o projeto global denominado *One-Belt, One Road* ou Rota da Seda; a criação do Banco de Investimento e Infraestruturas Asiático (AIIA) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), iniciativas que aumentaram significativamente o seu “soft power” no xadrez mundial (Morrison, 2017).

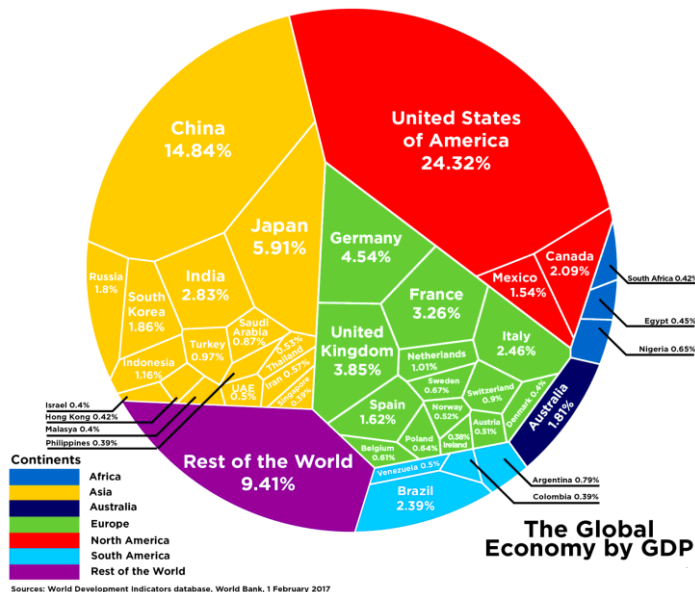


Figura 2. – Economia global pelo PIB

A expansão da China enfrenta, no entanto, um obstáculo intransponível até à actualidade: a incapacidade de criar um sistema simbólico e um imaginário capaz de se universalizar. Apesar do número espantoso de consumidores de *media*, quer via *media* tradicional, quer redes sociais, o universo simbólico encontra-se confinado ao seu espaço geográfico e linguístico. O governo chinês instalou um gigantesco *Firewall* que bloqueia o acesso dos 595 milhões de utilizadores chineses, às principais empresas tecnológicas das redes sociais ocidentais: *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*. No entanto, o panorama tecnológico interno da China é comparável ao ocidente com a empresa *Tencent* a dominar o mercado com base no *Qzone*, combinação do *Facebook* e do *Tumblr*, que permite a partilha de fotos, mensagens e *blogs*. Outros serviços de *micro blogging* são disponibilizados tais como o *Tencent Weibo* e o *Sina Weibo* com funções semelhantes ao *Twitter*.

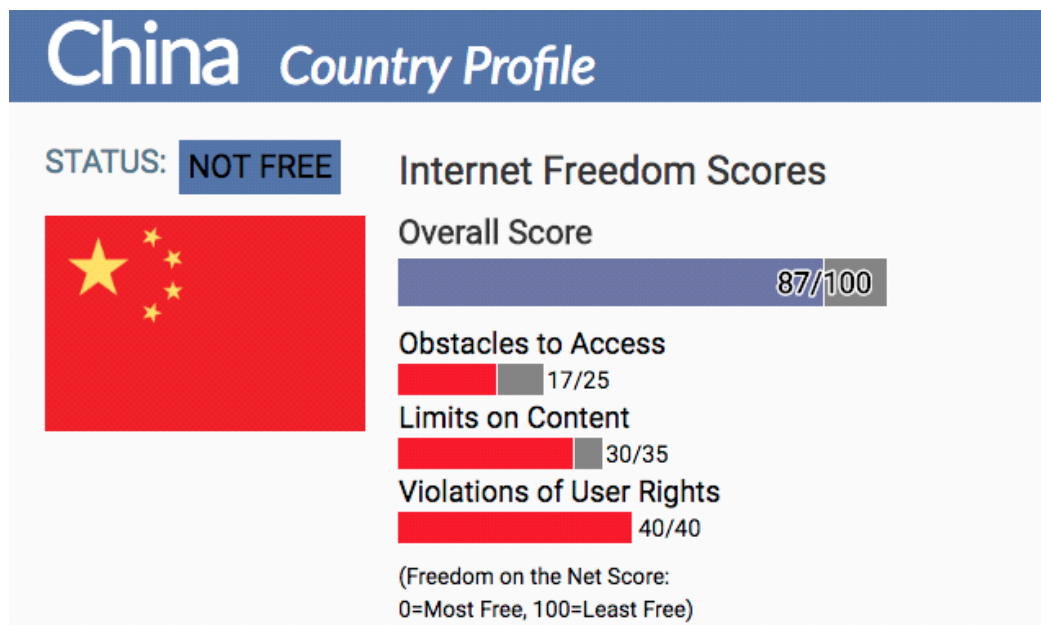


Figura 3. – Perfil da China nas redes sociais

Fonte: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2017/china>>.

Os serviços de *micro blogging* são também utilizados para a aquisição de notícias e informações sociais sobre pessoas célebres ou influenciadores sociais, tais como animadores, comentaristas e estilistas sociais. O interesse por estas temáticas sociais proporciona, igualmente o desenvolvimento de redes de mensagens instantâneas tais como o *QQ* e *WeChat*, operadas pela empresa tecnológica chinesa *Tencent*, e instaladas em dispositivos móveis. O crescimento das redes sociais foi acompanhado pelo aumento de vigilância do governo chinês que aprovou, em 2016, legislação que obriga os operadores ao registo dos utilizadores com os seus verdadeiros nomes e ao armazenamento da sua atividade. Ao mesmo tempo, os utilizadores encontram-se sob vigilância apertada e podem ser punidos, com prisão por cinco dias a onze anos, por partilhar notícias e comentários desfavoráveis ao governo.

Neste contexto de vigilância e isolamento, a China permanece no imaginário global a partir das produções de Hollywood ou de Bollywood. Apesar de ser o maior consumidor de TV e utilizador de redes sociais, a conectividade com outros países está condicionada por factores tecnológicos e por políticas públicas de censura e vigilância aos conteúdos.

## A OCIDENTE OS LIMITES DA GLOBALIZAÇÃO: DESIGUALDADES

Para compreender os ataques e a resistência crescente à Globalização, convém mencionar e interpretar dados mundiais relativos à qualidade da Democracia, à distribuição de rendimento no mundo, principalmente no Ocidente, bem como ao desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação e às expectativas dos jovens face ao trabalho. Estes dados permitirão, com mais clareza, compreender as tendências populistas e autoritárias emergentes e, simultaneamente, as mudanças

de orientação política das classes médias e da juventude em geral, nesta parte do hemisfério.

Antes de mais, convém recuperar alguns dados recolhidos por instituições internacionais, tais como o Índice sobre Democracia do *Economist Intelligence Unit's*. Comparando o ano de 2008 com o ano de 2017, observamos, que no ano de 2008, o número de democracias plenas é superior – 30, contra 19 em 2017 – sendo que, em 2017 aumenta o número de países avaliados como democracias imperfeitas – 57, contra 50 em 2008. No mesmo período, cresceram os regimes híbridos – 39 em 2017, contra 36 em 2008 – enquanto os regimes autoritários incluíram um novo membro em 2017, passando-se a contabilizar 52 países sob este tipo de governação. Estes dados, obtidos no *Índice sobre a Democracia*, fundamentam-se em cinco categorias que constituem o cerne da governação em Democracia e envolvem a análise, aferição e qualidade das mesmas, a saber: processo eleitoral e pluralismo; liberdades civis; funcionamento do governo; participação política e cultura política. Em muitos países, das cinco categorias enunciadas, encontram-se sob ameaça, ou mesmo em regressão, indicadores como o pluralismo, as liberdades civis e a participação política. O mesmo panorama é traçado pela organização *Freedom House* que, relativamente ao ano de 2017, considera que a Democracia liberal enfrenta a mais séria crise desde o final da Guerra Fria, estando as eleições livres, os direitos das minorias, a liberdade de imprensa e a justiça, sob grande pressão em muitos países no mundo, mesmo em países com tradições democráticas enraizadas. A organização acrescenta, ainda, que os Estados Unidos, exemplo da democracia e das liberdades individuais, têm enfrentado um declínio acelerado nos direitos políticos e nas liberdades civis.

Salienta-se que, em 2008, no despoletar da crise do *sub-prime*, o relatório do *Economist Intelligence Unit's* alertava para os possíveis efeitos nefastos desse fenómeno na democratização em curso em muitos dos países observados. Ao mesmo tempo, confirmava uma estagnação, na tendência de crescimento dos indicadores de democratização mundial, que tenderia a agravar-se, caso se viesse a confirmar uma crise económica e financeira prolongada e profunda.

Não é possível esquecer que a Globalização, principalmente após o início deste século, retirou milhões de pessoas da indigência, na Ásia, América Latina e África, e permitiu que tivessem acesso a rendimento e bens de consumo, antes inacessíveis. Este processo tornou possível a criação de uma classe média – conceito aqui utilizado relativo a cada região, país e continente – capaz de alimentar a expansão dos mercados nacionais e internacionais. A transferência e localização de indústrias e empresas, em regiões de mão-de-obra barata; a importação/exportação de matérias-primas; a transferência de tecnologias e o acesso a dispositivos digitais permitiram a expansão da ideia de “países e mercados emergentes”, que desenvolveram políticas alternativas, com vista a concorrer de forma efetiva com os “países e mercados dominantes”. Neste contexto, países emergentes, em continentes diferentes, liderados pela China, enfrentaram a hegemonia económica e financeira ocidental, por meio da criação de instituições multilaterais, como o grupo BRIC.

A Globalização fez-se acelerando as políticas do neocapitalismo financeiro, privilegiando o capital – distribuição de dividendos de empresas e corporações – em detrimento do trabalho (Piketty, 2014). Os salários médios estagnaram desde a década de 1990, principalmente nos países ocidentais e de mercados abertos. O resultado expressou-se por uma desigualdade crescente, na distribuição de rendimentos, que permitiu a concentração de renda, de forma nunca vista – até 2017 – em 1% da população, que mantém 80% da riqueza mundial. O Relatório da Oxfam – acrónimo das organizações-não-governamentais inglesas, apresentado em janeiro de 2018 e intitulado “Recompensem o trabalho e não a riqueza” – refere que os multimilionários aumentaram, de forma exponencial, a sua riqueza, e que esta tem crescido, desde 2010, a uma média de 13% ao ano, seis vezes mais que os 2% de salário, pago aos trabalhadores. O processo não é recente e corresponde, igualmente, à transferência do capital público para o privado, com incidência nos países ocidentais, como constata o gráfico publicado no *World Inequality Report, 2018*:

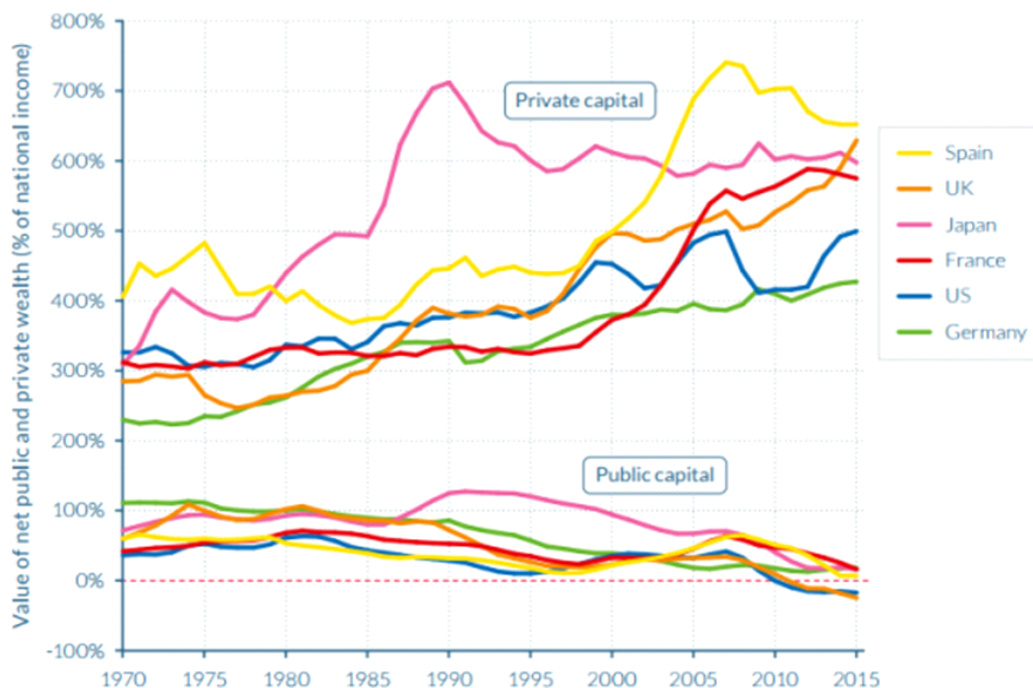
**Figure E6****The rise of private capital and the fall of public capital in rich countries, 1970–2016**

Figura 4. – O crescimento do capital privado e o declínio do capital público entre 1970-2016.

Fonte: <<https://wir2018.wid.world/>>.

Essa lógica fez emergir, por um lado, uma elite com fidelidades globais transversais, marcada pela defesa de interesses financeiros e cooperativos – onde se incluem os acionistas individuais e coletivos, como os Fundos de Pensões, Seguros, e outros – e que, por outro lado, impulsionou a mobilidade de milhões de trabalhadores e migrantes em busca de melhores condições de vida e acesso a benefícios da modernidade. Observa-se, ainda, que os grandes grupos económicos e as multinacionais, ao entregarem, periodicamente, dividendos aos seus acionistas, tendem a depauperar as empresas, os trabalhadores e a colocar em risco o desenvolvimento sustentável das mesmas.

Na análise dos dados sobre a distribuição de renda e a desigualdade social, ressaltam, ainda, três componentes importantes que têm consequências diretas nos desafios que se colocam às democracias liberais: 1) a estagnação dos rendimentos de

40% da população assalariada, situada nas faixas designadas “classes médias” e “médias baixas”; 2) a pauperização e precarização da juventude em geral, e particularmente da juventude com formação académica superior; 3) o envelhecimento da população ocidental e a erosão das aposentadorias.

Ao aprofundar o ponto 1), com base no *World Inequality Report*, de 2018, observa-se que, desde os anos 1980, a desigualdade de renda aumentou rapidamente na América do Norte e na Ásia, cresceu moderadamente na Europa e se estabilizou, a um nível extremamente alto, no Oriente Médio, na África Subsariana e no Brasil. Acresce a este fenómeno o facto de o crescimento de renda, para os cidadãos que se situam entre os 50% da base da pirâmide económica, e para o 1% que se encontra no topo da mesma, ter sido nulo. Neste grupo de crescimento nulo, situam-se as classes de renda baixa e média, europeias, norte-americanas e de outras sociedades de mercado, como o Brasil, atingidas pela desindustrialização, deslocalização de fábricas e indústrias pesadas, bem como pela introdução de tecnologias de automação e inteligência artificial (IA). Assinala-se que a desigualdade global média tem vindo a diminuir ligeiramente entre países, a partir de 2000, aumentando, contudo, a desigualdade dentro de cada país. Estas dinâmicas não encontram uma explicação única no interior dos processos da Globalização, mas derivam, em grande medida, de contextos históricos, institucionais e políticos nacionais ou regionais.

A segunda componente, 2), mencionada – pauperização e precarização dos trabalhadores jovens, incluindo daqueles com maior formação, deve-se, em grande parte, aos processos de concentração de renda, anteriormente referidos, mas também às mudanças operadas na legislação trabalhista, após 2008, e à introdução de tecnologias de informação e comunicação. A situação atual, analisada no Relatório anteriormente citado (Figura 5), mostra como, de 1989 a 2016, a renda se concentrou nos grupos etários mais velhos, remetendo os jovens para situações muito precárias.

## Younger generations have smaller and smaller net worth

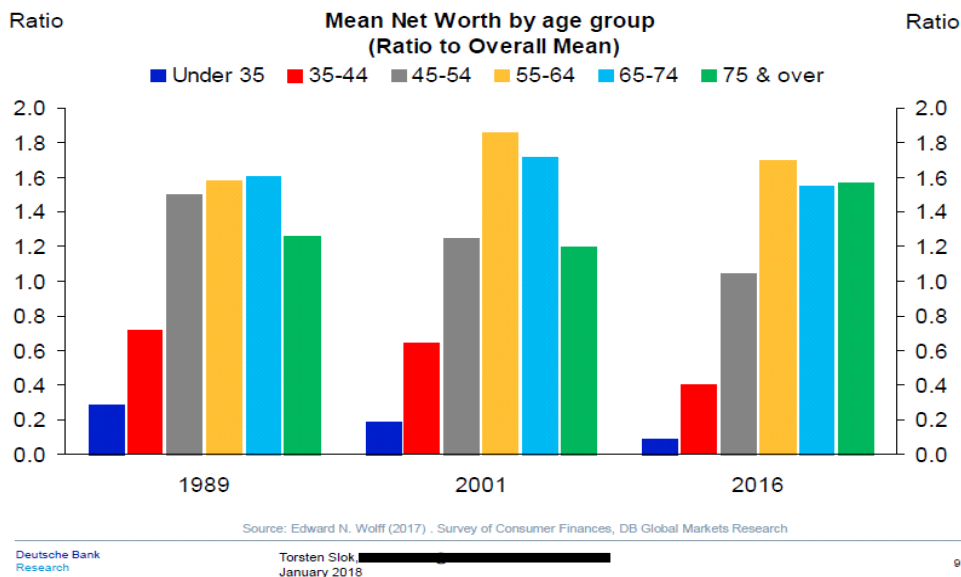


Figura5. – Distribuição de renda entre grupos etários de 1989 a 2016.

Fonte: <<https://wir2018.wid.world/>>.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta, nos seus últimos relatórios, para o que chama formas de “trabalho atípico” nos países industrializados, que levam à precarização e a mudanças drásticas na organização social, com principal impacto na juventude e nas suas expectativas. A OIT identifica, como causas desta situação, dois fatores substanciais: alterações à legislação laboral e mudanças na economia global. Entre as alterações à legislação, encontra-se a diminuição dos contratos coletivos de trabalho, o aumento dos contratos individuais e temporários, assim como a agilização e contenção das indenizações por despedimento. Entre as mudanças na economia mundial, a OIT identifica o maior crescimento do sector dos serviços, comparado ao da indústria e da agricultura; os avanços tecnológicos, que substituem trabalhadores por máquinas, e as estratégias organizacionais das



empresas, com vista a reduzir custos com pessoal. O caso europeu tornou-se paradigmático, sendo que, alguns países, principalmente aqueles que foram sujeitos a intervenções externas de entidades políticas e financeiras – FMI, Comissão Europeia, Banco Central Europeu – sofreram, e sofrem, de forma mais aguda, as consequências desta desregulamentação. Como afirma a OIT, o crescimento dos salários reais caiu, de forma abrupta, durante o período pós crise económica de 2008, recuperou globalmente em 2010, mas desacelerou desde então, com exclusão da China, onde o crescimento tem sido contínuo. Na Europa, por exemplo a média do trabalho precário situa-se nos 12,3%, com países como a Espanha, Eslovénia, Holanda e Portugal a chegarem a cerca de 20% dos trabalhadores. Salienta-se que, entre 2000 e 2015, mais de 75% dos contratos de trabalho foram considerados precários pela OIT, atingindo preferencialmente os jovens. Os efeitos refletem-se nas empresas, nos trabalhadores e na sociedade, nomeadamente na diminuição da inovação, produtividade, sustentabilidade da segurança social e no aprofundamento da crise demográfica europeia.

O terceiro aspecto – o envelhecimento da população ocidental e a erosão das aposentadorias – refere-se ao aumento do número de pessoas com mais de 65 anos de idade, que constitui, nos países do Ocidente, a parte da população com maiores direitos sociais adquiridos, ou seja, pensões garantidas pelos Estados, devido a políticas sociais do pós Segunda Guerra Mundial, conforme se pode observar na anterior Figura 2.

Não é por acaso que a crise de 2008, e as políticas económicas subsequentes, visaram diminuir o valor das aposentadorias em pagamento e introduzir coeficientes de sustentabilidade – relativos à idade mínima, ao valor da contribuição durante a vida ativa, etc. – às futuras aposentadorias.

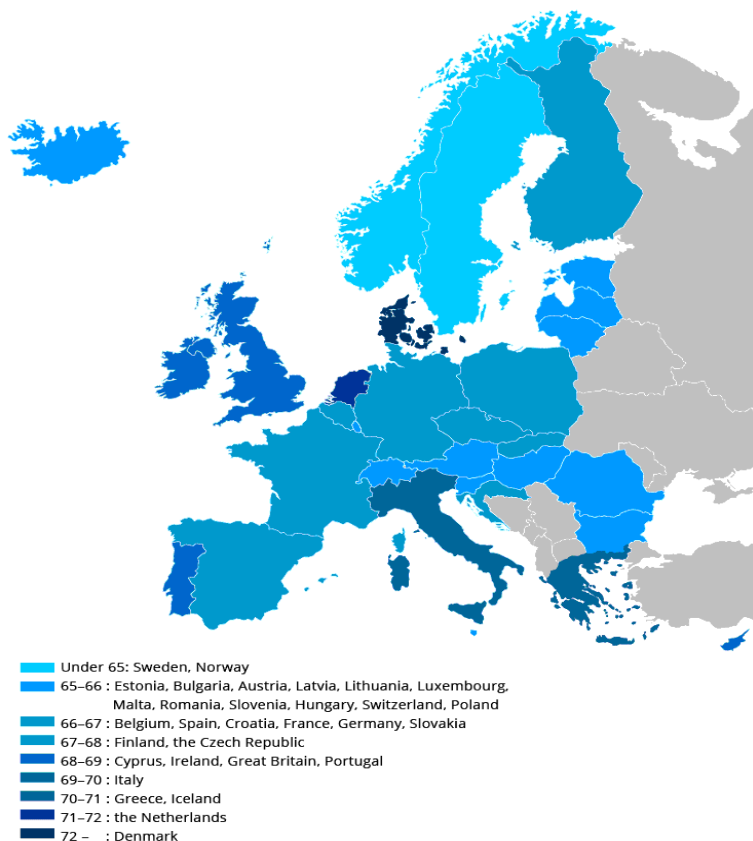


Figura 6. – Fator de sustentabilidade e idade de reforma na Europa (2018).

Fonte: <<https://www.etk.fi/en/the-pension-system/international-comparison/retirement-ages/>>.

Embora o valor pago aos aposentados pelo Estado, bem como a composição das aposentadorias (seguros, Fundos, etc.) tenha uma amplitude de variação considerável nos países da OCDE, onde se insere, por exemplo, o Brasil, os Estados Unidos e o Canadá, a verdade é que se tornou uma segurança de vida para os mais velhos. Como refere o *dossier* do *Financial Times* (*FT Serie Financial crisis: Are we safer now?*) sobre os 10 anos pós-crise de 2008, as aposentadorias futuras tornaram-se muito mais dependentes das poupanças dos indivíduos, principalmente nos EUA, onde a ruptura dos bancos, possuidores de fundos de pensões, gerou danos incalculáveis aos segurados.

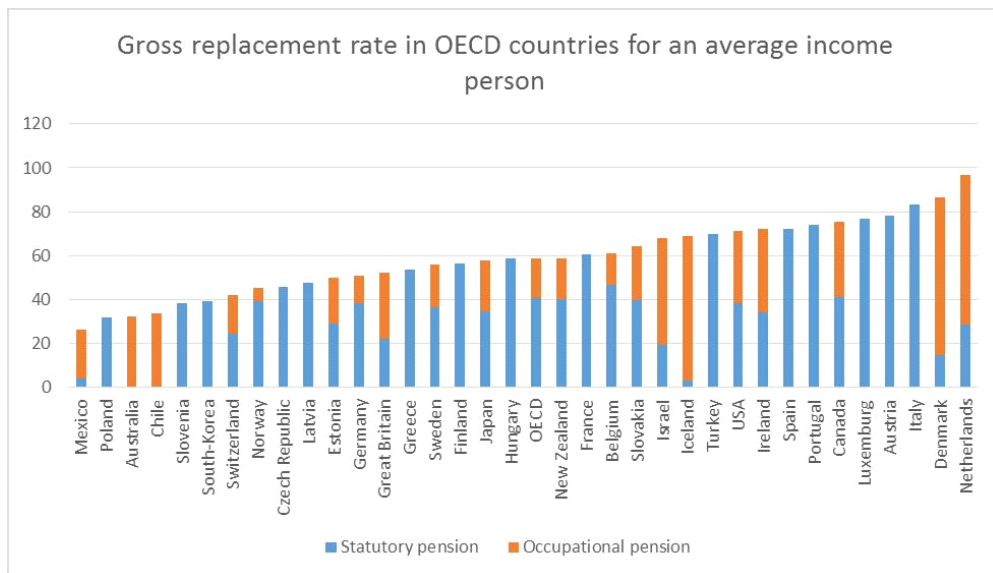


Figura 7. – Comparação do valor e das contribuições do Estado para o pagamento de pensões nos países da OCDE.

Fonte: *OECD Pensions at a Glance 2017*: <<https://www.etc.fi/wp-content/uploads/PaG2017EN.jpg>>.

Comparando a pirâmide etária mundial (2016) e a pirâmide etária europeia (2017), é possível visualizar estruturas diferenciadas, com um maior número de indivíduos na base da primeira e um número significativo de indivíduos no topo da pirâmide europeia, correspondente àqueles que têm mais de 60 anos.

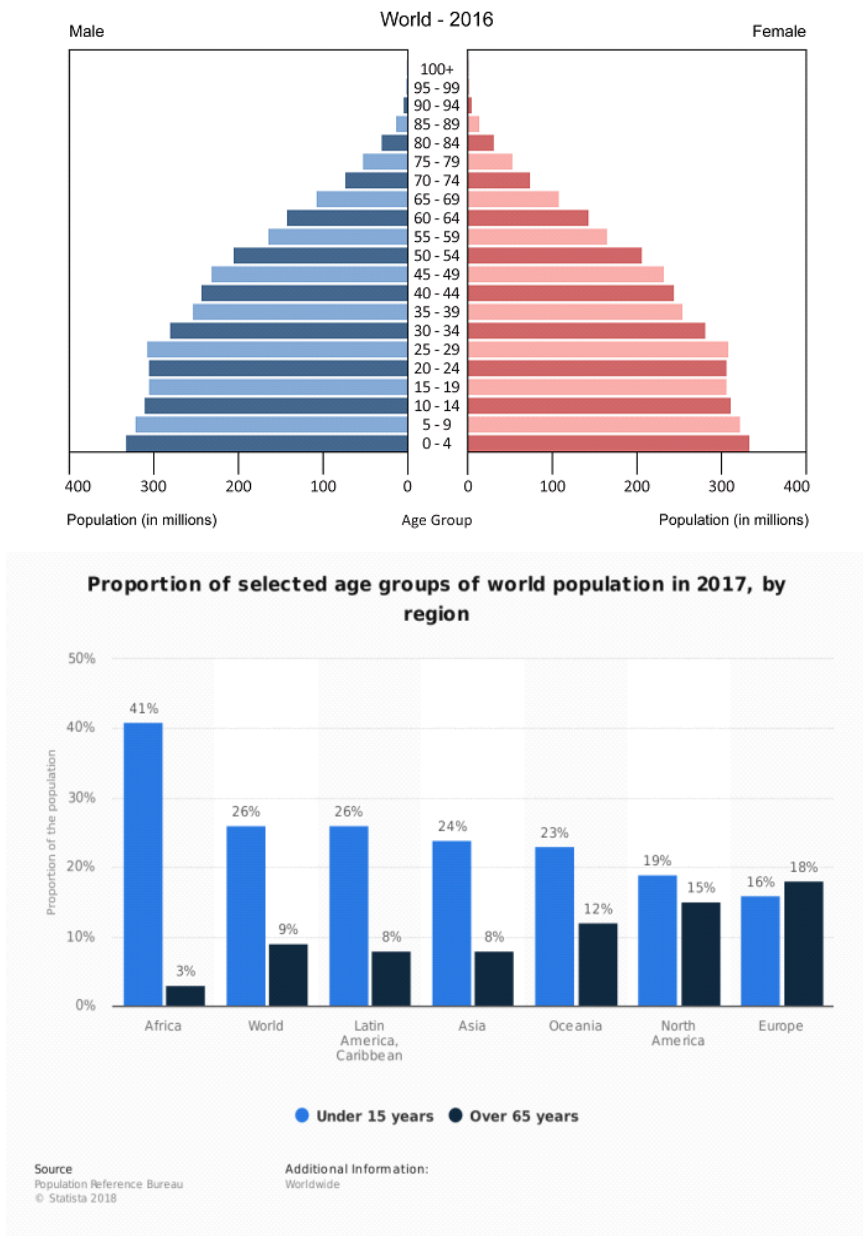


Figura 8: Pirâmide etária mundial (2016) e distribuição por grupos etários em função das regiões (2017).

Fonte: *World People 2017*:

<[https://theodora.com/world\\_fact\\_book\\_2017/world/world\\_people.html](https://theodora.com/world_fact_book_2017/world/world_people.html)>; distribuição por grupos etários e regiões (2018): <<https://www.prb.org/2018-world-population-data-sheet-with-focus-on-changing-age-structures/>>.

A situação demográfica europeia terá, a curto, médio e longo prazo, implicações políticas e económicas tais como o prolongamento da vida ativa, a diversificação dos fundos de pensões, o desenvolvimento de uma economia social e o apoio seletivo às migrações. Observa-se ainda que o envelhecimento da população pode criar condições, a médio prazo, mais favoráveis para a adopção de novas formas de trabalho advindas da robotização e da introdução da IA. Acresce, ainda, uma implicação direta em eleições e na escolha da governação, tal como aconteceu no referendo em Inglaterra (Brexit), na medida em que uma população com mais idade tende a ser mais conservadora nas suas escolhas.

A caminhada da Desglobalização: “nacionalismo *first*”, redes sociais e emoções

Na última década, como referimos, não cessou de aumentar o número de governos que põem em causa as regras da democracia liberal, principalmente no que toca às liberdades individuais, à liberdade de expressão e de imprensa. Os governos autoritários têm vindo a instalar-se, muitas vezes a partir da realização de eleições livres e de posteriores mudanças constitucionais (por ex. Hungria, Turquia e Filipinas) que visam perpetuar os líderes no poder e condicionar liberdades individuais e direitos humanos. Em simultâneo, colapsam, em cada nova eleição democrática, as tradicionais formações partidárias, cujos exemplos mais extremos estão, até ao ano de 2018, na França e no Brasil.

Alicerçados no descontentamento das classes médias e médias baixas, indignadas face às desigualdades e receosas perante o futuro, líderes, mais ou menos carismáticos, elegem-se com base em campanhas sofisticadas de marketing político nas redes sociais, reforçando ligações instantâneas entre candidatos e povo. De direita ou de esquerda, os governos assumem traços abertamente populistas ou neofascistas, retomando bandeiras nacionalistas, xenófobas e racistas. Ao mesmo tempo, tendem a colocar em causa os principais indicadores da globalização ao instaurarem barreiras protecionistas ao comércio, no caso dos EUA; cercearem fluxos migratórios, como nos

casos da Hungria, Áustria, Itália, EUA; desvinculem-se de instituições e tratados internacionais, como as Nações Unidas ou o Tratado de Paris. A depreciação e desqualificação de instituições, nacionais e internacionais, de governação e regulação, tornam-se uma constante num ecossistema pautado por lideranças carismáticas, que se dirigem diretamente à entidade “povo”, de forma abstrata. Os *slogans* destes líderes apelam à proteção dos naturais da nação, a partir de uma visão nacionalista, conservadora — muitas vezes de matriz religiosa —, paternalista e xenófoba, como prioridade da governação, o que não significa o abandono dos princípios do capitalismo neoliberal.

Observa-se, ainda, que esses governos autoritários, por exemplo no caso da Rússia e da Hungria, não se desvinculam dos fluxos financeiros globais, essenciais para investimentos produtivos, nem da utilização dos dispositivos tecnológicos de informação e comunicação, que procuram utilizar em seu proveito. Acentuam-se os ataques aos meios de comunicação livres e independentes e a tentativa de controlar agendas e informação. Muitos desses países, como a Rússia, recorrem a *know how* acumulado em períodos históricos anteriores, neste caso pela KGB na inteligência de contra-informação, ou *dezinformatsiya*, para empreender estratégias de expansão geoestratégica e influenciar eleições, por exemplo nos EUA em 2016; na Catalunha em 2017, e em outros atos democráticos, como o Brexit em 2017 (Blackwill e Gordon, 2018).

Há inúmeras e diferentes compreensões do populismo, sustentadas, igualmente, por múltiplas e diferentes teorias, paradigmas e metodologias de aferição deste fenómeno. Na Europa, como nas Américas, do Norte e do Sul, o populismo de direita, e de esquerda, tem vindo a crescer, manifestando-se na implantação partidária e em eleições de líderes com estas características. A emergência do populismo, na Europa e nos EUA, encontra-se claramente associada à globalização e à percepção que as classes médias desenvolveram, no sentido de terem sido sacrificadas a esse processo em nome de um número restrito de interesses. Diferentes autores, e analistas, atribuem, como causa da migração de eleitores, dos partidos do centro, para

propostas políticas populistas, o facto de, nos últimos vinte anos, um grupo significativo de trabalhadores, das classes médias, ter perdido os seus empregos, ou visto baixar os seus rendimentos. As crescentes desigualdades na distribuição da riqueza e a estagnação de salários deste grupo de cidadãos mobilizaram-nos para partidos, ideologias e manifestações extremistas, onde a velha distinção entre direita e esquerda, tende a ser apagada.

As promessas do populismo têm encontrado, na Europa, um campo fértil para se expandir, tanto na sua perspetiva económica como ideológica. Primeiramente, propõem restaurar as soberanias nacionais e travar o projeto Europeu e a burocracia homogeneizante das instituições europeias, sediadas em Bruxelas, a quem são atribuídas muitas das culpas das políticas de austeridade, do pós Grande Crise. Seguidamente, pretendem restabelecer as fronteiras e proteger os interesses dos nacionais, nomeadamente os económicos, financeiros e culturais. Em terceiro lugar, visam estancar as migrações e controlar a entrada de refugiados, grupos a que são atribuídas culpas pela desvalorização e precarização do trabalho, bem como pela descaracterização cultural nacional. A crise migratória de 2015, na Europa, decorrente do agudizar da guerra da Síria, trouxe cerca de dois milhões de pessoas, para este continente, que procuraram chegar aos países mais ricos, como a Alemanha, a Áustria, a Suécia e a Dinamarca (Cunha, 2018). A chegada desta população, maioritariamente muçulmana, em consonância com os atentados terroristas perpetrados em Paris em 13 de novembro de 2015, e um pouco por todo o continente, dividiu a população face às políticas de acolhimento, contribuindo para criar uma nova agenda anti-Europa e anti-globalização. No cerne desta agenda surge o medo perante a entrada maciça de imigrantes islâmicos possuidores de valores não-ocidentais e a capacidade, a curto prazo, de mudarem as sociedades a partir do factor demográfico.

Por último, os líderes populistas tendem a manter uma comunicação direta com o “povo”, recorrendo a redes sociais, tais como *Twitter*, *Facebook*, *WhatsApp*, dentre outras, à criação de perfis de utilizadores fantasmas e a “disparos” de informações falsas, descaracterizadas e, ou, modificadas, a partir do domínio de

tecnologias de programação e a apropriação indevida de dados, como por exemplo, o caso da empresa britânica *Cambridge Analytica*, nos Estados Unidos e no Brasil. A estratégia passa, ainda, por denunciar a “má informação” dos *media mainstream* opositores, acusá-los de facciosos e fabricantes de notícias falsas, bem como impedir o acesso de jornalistas às fontes oficiais. Agenda semelhante, com adequações aos Estados Unidos, encontra-se nas promessas eleitorais, e na forma de atuar do candidato, e depois, presidente Trump: estabelecer a soberania; defender os interesses norte-americanos; “*America first*”; comunicar via *Twitter* e atacar a imprensa que não o apoie; alijar responsabilidades internacionais, como o Tratado de Paris e outros tratados, ou filtrar os candidatos à imigração, acenando com os medos da entrada de terroristas e de uma invasão latino-americana. A mesma receita foi aplicada, nas eleições brasileiras, pelo candidato vencedor, que utilizou as redes sociais, sobretudo o *WhatsApp*, para divulgar a sua informação, visto que mais de 56% da população utiliza esse dispositivo. Mas as semelhanças limitam-se a essa situação, dado que apenas um país, com hegemonia global, se pode dar ao luxo de afirmar o seu nacionalismo “*first*”, enquanto um país “amarrado” às suas contradições e limitações económicas, sociais e tecnológicas, dificilmente poderá prolongar essa afirmação, sem ser imediatamente desmentido por factos concretos. Por outro lado, o questionamento das instituições e tratados de cooperação internacionais – de cariz multilateral – pelos EUA, por exemplo, abre a porta a negociações entre países, onde tende a prevalecer os interesses dos mais poderosos.

O populismo, na América Latina, tem uma genealogia diferente e outra articulação face à globalização. Há uma tradição populista latino-americana, advinda do período da luta contra as potências coloniais ocidentais, a que se junta resquícios de ditaduras recentes e processos nacionais de descolonização. Os líderes populistas tendem a denunciar as elites nacionais corruptas, políticos e empresários que, segundo eles, não só exploram o povo, em favor dos seus interesses particulares, como funcionam como correia de transmissão dos interesses “colonizadores” internacionais globalizados. Assim, à esquerda, os populismos tendem a combater o



sistema-mundo capitalista, patriarcal e religioso, instaurado pelo ocidente e a reforçar políticas identificadas como “nativistas” ou “indigenistas”, com vista a criar uma nova ordem nacional e internacional. À direita, o populismo tende a reforçar as suas relações com os governos autoritários de países líderes, do mesmo quadrante, e a criar condições para a expansão do capitalismo internacional. Ao mesmo tempo, no plano ideológico, reforça a relação direta com o “povo”, por meio de comício, participação em eventos e ações nas redes sociais, sem a presença de mediadores.

A comparação entre as tendências populistas na Europa e nas Américas, do Norte e do Sul, choca-se com contextos históricos, económicos, sociais e culturais muito diferenciados. Salienta-se, em ambos os continentes, o papel social e cognitivo dos *media* e das tecnologias da comunicação. Esses dispositivos vêm preparando, há décadas, cidadãos/espectadores e utilizadores para a aceitação de líderes carismáticos e agendas populistas. Neste sentido, referencia-se aqui os escritos da Escola de Frankfurt, nomeadamente a Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer (1944), desenvolvida nos EUA. Nesses escritos, sobre a sociedade capitalista e a cultura de massa, estão identificados, de forma clara, os fundamentos da alienação individual e coletiva, promovida pelo capital e pelos meios de comunicação (Horkheimer e Adorno, 1985).

Não se pode atribuir à cultura de massas a consensualização de ideologias, perspectivas e atitudes impulsionadoras das atuais governações populistas. No entanto, principalmente a televisão – a partir de conteúdos, formatos e lógicas de mediatização, tais como a emoção face à razão; o parecer em detrimento do ser; a visão maniqueísta e efémera; o sucesso individual face aos interesses colectivos – criou um ecossistema emocional, e de valores, propícios à criação e exaltação de líderes e movimentos, tratados, respectivamente, como celebridades e clubes de fans, que perpassou do entretenimento para o populismo político (Mazzoleni, 2008). Embora a televisão tenha funcionado como elo social, segundo Dominique Wolton (1997; 2004) ela promoveu, em sinergia com outros dispositivos, formatos e conteúdos, com grande exposição e impacto no quotidiano. Géneros como o

jornalismo e o entretenimento desvalorizam, de forma contínua e difusa, a ciência e o conhecimento; vulgarizam comportamentos anticívicos e anti comunitários preconceituosos; descredibilizam as instituições em geral, e as instituições democráticas em particular, apelando ao intimismo, ao individualismo egocêntrico e contribuem para a instalação de um clima cognitivo “populista” na sociedade.

As alterações na atuação dos meios de comunicação, no ecossistema neoliberal capitalista, promoveram uma acelerada mediatização da sociedade e das suas instituições, principalmente nos países ocidentais, a partir dos finais da década de 1980. Para a densificação deste cenário, contribuiu o fim da regulação e a instauração de um mercado altamente competitivo, bem como as mudanças tecnológicas e o modelo de negócios (Tambini, 2017). Os *media* assumiram, de forma inequívoca, um papel central nas sociedades – suportados por corporações e financiamentos externos ao negócio *media* – e agem como instituições independentes das demais, sustentando interesses próprios, autônomos da política e da sociedade em que se encontravam inseridos. Enquanto garantes da democracia e da liberdade de expressão, eles acomodaram-se, com raras exceções, a novas funções, subordinando-se aos interesses do neoliberalismo; privilegiando a ideia de “consumidores” em detrimento de “cidadãos”; promovendo os direitos contratuais em desfavor dos direitos civis; orientando-se por princípios de liberdade de mercado, em substituição da liberdade de expressão. Em simultâneo, os *media* “cooptaram” instituições e atores sociais, impondo-lhes as lógicas mediáticas (Strömbäck, 2008; 2011). O sistema político, o sistema judiciário, e as suas instituições, encontram-se no centro deste processo de mediatização, fundado em lógicas próprias, que envolvem tecnologias discursivas; valores morais e éticos controversos; construção de imagens sínteses a partir de estereótipos, mecanismos técnicos e outras estratégias justificadoras da naturalidade atemporal destas características.

As redes sociais, com o seu potencial imediatista e emocional, acentuaram as tendências acima descritas, dando oportunidade ao produtor/utilizador (*produzir*) de se manifestar em toda a sua bondade e maldade humana, para além de qualquer

referência ética, pública/social ou marcada pelo interesse comum das comunidades humanas. Se a Internet, enquanto projeto, surgiu como utopia tecnológica de rede de interação entre indivíduos, desvinculada de poderes estabelecidos e dos seus interesses, a sua apropriação e privatização por grupos e interesses, revelou as tendências mais obscuras e perversas dos seres humanos, como por exemplo, o recrutamento de terroristas, desvios de fluxos financeiros, utilização de dados pessoais de forma ilícita e outros.

Não se põe em questão o papel das redes como ferramentas inestimáveis de interrelação entre indivíduos, de otimização de serviços e facilitação de quotidianos, mas sim, a utilização que se faz delas no sentido de potenciar, demasiadas vezes, os riscos sociais enunciados por Ulrich Beck, nos finais da década de 1980 (Beck, 1992). Os medos, a indignação face às desigualdades e a insegurança perante um mundo em mudança – percebida por grande número de cidadãos das classes médias – encontram nas redes acolhimento, em bolhas ideológicas de segurança e partilha, em função da sua natureza algorítmica. Acresce, a esta realidade, a manipulação de dados emocionais e comportamentais – compilados nos *Big data* – pelas grandes empresas tecnológicas, tais como *Facebook*, *Twitter* e *WhatsApp*, empresas que tendem a utilizar esses dados como *commodities*, vendendo-os a outras empresas para fins publicitários e, ou, políticos, tal como se verificou com a venda/cedência realizada pelo *Facebook* à *Cambridge Analytica*, que permitiu em diversas situações manipular, de forma não transparente, utilizadores e *produtores* nas suas bolhas, círculos, e tendências.

A polarização ideológica destas bolhas nas redes tende, periodicamente, a saltar para as ruas em movimentos de “raiva moral” como se viu em 2011, com os Movimentos *Occupy* nos EUA e na Europa, nomeadamente na Grécia, no Brasil em 2013, e em 2018 na França dos *gilets jaunes*. Estes movimentos inorgânicos, sem líderes, e de composição difusa no interior dos excluídos da globalização, tendem a ser capitalizados pelas formações políticas de extrema-direita ou de extrema-esquerda, que identificam a oportunidade de se instalarem politicamente como porta-vozes desses receios, indignações e raiva dos cidadãos (Castells, 2012; Simiti, 2016).

## PENSAR GLOBAL AGIR LOCAL: BREVES REFLEXÕES EM JEITO DE CONCLUSÃO

Num mundo fragmentado e polifónico, onde a complexidade e as interrelações estão instaladas em forma de rede, qualquer ruptura abrupta tende a gerar o caos. Aparentemente sem conexão, questões diversas tais como, e por ordem alfabética, alterações climáticas, corrupção, democracia/governança, direitos humanos, fluxos financeiros, migrações, tecnologias da informação e comunicação, trabalho e violência, estão interdependentes, mantém conectividade e continuidade no quotidiano global. São fenómenos globais independentemente da sua materialidade local. A Desglobalização, que emerge a partir dos movimentos inorgânicos, e dos regimes populistas e autoritários, cavalgam os descontentamentos populares legítimos e colocam em causa a velha Ordem Mundial. Contudo, muitas das propostas rotuladas de Desglobalização, são anteriores a estes movimentos populistas e autoritários, como os Fóruns Mundiais ou o movimento ATTAC, que, mais ou menos de forma assertiva, apelam a outra Ordem Mundial e à reversão do processo de integração dominado pela lógica desenfreada do capital. São propostas de uma Globalização controlada, em favor dos indivíduos e desvinculada dos interesses exclusivos e predadores do capital financeiro e das directrizes neoliberais. O objetivo daqueles movimentos é, em primeiro lugar, a eliminação das exclusões e desigualdades múltiplas, ao que se segue a promoção da integração, baseada nas necessidades dos povos, nações e comunidades. Estes movimentos consideram, ainda, que essas mudanças de orientação são condições necessárias para a preservação da sustentabilidade, do desenvolvimento e dos ecossistemas e, por conseguinte, das instituições democráticas de governação (Castells, 2017).

Nesse contexto, a ideia de Desglobalização objectiva uma maior justiça na distribuição do poder mundial, bem como nas trocas comerciais globais. Os movimentos que partilham essas ideias consideram que não é económica, social e politicamente aceitável e sustentável, a concentração de riqueza em 1% da população

mundial e o uso exclusivo de tecnologias por um número diminuto de empresas. Os defensores dessas orientações consideram que há medidas capazes de alterar esse cenário, preservando a estabilidade social e os ecossistemas climáticos mundiais. Com essa finalidade, propõem que as regras comerciais, financeiras e económicas, implementadas pelas instituições internacionais, devam ter em conta a dimensão dos países e as suas potencialidades naturais e geográficas, evitando a manipulação e o controle de preços pelas grandes corporações, bem como as políticas de desvalorização e concorrência salarial desleal.

A Desocidentalização apresenta-se de duas formas. Primeiramente, associada à discussão da partilha de poder e à criação de novos imaginários, incluindo religiosos, capazes de assegurar uma outra ordem e equilíbrio mundial. Em segundo lugar, apresenta-se como uma espécie de saturação dos países mais beneficiados pela Globalização, no sentido de alijar as suas responsabilidades perante as instituições internacionais que criaram e para as quais contribuíram de diversas formas. Valores como Democracia, Direitos Humanos e Liberdade de Expressão estão em jogo neste processo de Desocidentalização. O medo perante os riscos globais parece ter tomado conta de grande parte da população ocidental e ou ocidentalizada.

Ler o mundo, compreender esses fenómenos e o ambiente mediatizado onde cada indivíduo, e a sociedade, estão mergulhados, constitui um desafio mundial. As respostas devem passar pela mudança de comportamentos individuais e pelas literacias para um desenvolvimento sustentável (Barbosa, 2008). Estas devem ser entendidas não como tarefas exclusivas de Escolas ou instituições educativas, mas como desígnio coletivo que permita reverter opções políticas e económicas, mas sim uma utopia obrigatória a concretizar, fundada na evidência de um caos destrutivo instalado, que se quer reverter em redentor.

Os meios de comunicação, e as tecnologias da informação e comunicação, constituem, até ao momento, ferramentas disponíveis, como já foi referido, não só para enfatizar o lado “obscuro” da humanidade, como para denunciar desigualdades sociais, promover a equidade e um maior bem-estar social. Esses objetivos devem ser

reforçados, a partir de práticas de literacia que alertem, mobilizem as pessoas para as condições que constituem um desenvolvimento sustentável, independentemente das políticas económicas e sociais predatórias em curso, em muitos países.

Neste sentido, o que se propõe é compreender os *media* e as tecnologias de informação e comunicação, como instituições sociais específicas e com grande poder mundial. Em simultâneo, empreender ações mobilizadoras em prol da regulação, económica, financeira e técnica, das empresas tecnológicas, bem como alfabetizar o cidadão comum – desenvolvendo uma perspetiva crítica e criativa em prol das comunidades – relativamente aos sentidos do mundo e das suas representações, realizadas por meio do uso dos dispositivos tecnológicos e das suas lógicas de programação. Propõe-se, também, observar, o seu impacto na vida social, tornando transparentes a propriedade dos meios e das empresas tecnológicas; os seus interesses declarados; o seu poder de influenciar decisões políticas e económicas, bem como de manipular factos, e acontecimentos, criadores de realidades paralelas depredadoras (Tornerio e Varis, 2010).

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, GISELLE SILVA. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. REVISTA VISÕES, 4ª ED., Nº 4, VOL.I, JAN/JUN., 2008. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.FSMA.EDU.BR/VISOES/ED04/4ED\\_O\\_DESAFIO\\_DO\\_DESENVOLVIMENTO\\_SUSTENTAVEL\\_GISELE.PDF](http://WWW.FSMA.EDU.BR/VISOES/ED04/4ED_O_DESAFIO_DO_DESENVOLVIMENTO_SUSTENTAVEL_GISELE.PDF)>WWW.FSMA.EDU.BR/VISOES/ED04/4ED\_O\_DESAFIO\_DO\_DESENVOLVIMENTO\_SUSTENTAVEL\_GISELE.PDF>. ACESSO EM NOV 2018.
- BECK, ULRICH. RISK SOCIETY: TOWARDS A NEW MODERNITY. LONDON: SAGE PUBLICATIONS, 1992.
- BELLO, WALDEN. DEGLOBLIZATION: IDEAS FOR A NEW WORLD ECONOMY. LONDON: ZED BOOKS LTD., 2202/2008.
- BLACKWILL, ROBERT D. & GORDON, PHILIP H. CONTAINING RUSSIA HOW TO RESPOND TO MOSCOW'S INTERVENTION IN U.S. DEMOCRACY AND GROWING GEOPOLITICAL CHALLENGE. COUNCIL SPECIAL REPORT NO. 80 JANUARY 2018. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://CFRD8-FILES.CFR.ORG/SITES/DEFAULT/FILES/REPORT\\_PDF/CSR80\\_BLACKWILLGORDON\\_CONTAININGRUSSIA.PDF](https://CFRD8-FILES.CFR.ORG/SITES/DEFAULT/FILES/REPORT_PDF/CSR80_BLACKWILLGORDON_CONTAININGRUSSIA.PDF)>. ACESSO EM: NOV 2018.
- CASTELLS, MANUEL. REDES DE INDIGNACIÓN Y ESPERANZA: LOS MOVIMIENTOS SOCIALES EN LA ERA DE INTERNET. MADRID: ALIANZA EDITORIAL, 2012.
- CASTELLS, MANUEL. RUPTURA. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 2017.
- CUNHA, ISABEL FERIN. DA DESMOCRATIZAÇÃO DA EUROPA: DEMOCRACIA, MEDIA E CORRUPÇÃO POLÍTICA. INTERCOM – RBCC SÃO PAULO, v.38, N.1, P. 37-63, JAN./JUN. 2015.
- CUNHA, ISABEL FERIN. POPULISMO MEDIÁTICO E (IN)TOLERÂNCIA NA DIVERSIDADE GLOBAL. IN: LOPES, M. I. V. DE CASTRO, G. COMUNICAÇÃO, DIVERSIDADE E TOLERÂNCIA. LIVRO DO XV CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE COMUNICAÇÃO (IBERCOM), 2018, PP 1-26. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ASSIBERCOM.ORG/LIVRO17/LIVRO\\_XV\\_CONGRESSO\\_IBERCOM\\_2017.PDF](http://ASSIBERCOM.ORG/LIVRO17/LIVRO_XV_CONGRESSO_IBERCOM_2017.PDF)>. ACESSO EM: NOV 2018,
- GLUCK, ANTJE. DE-WESTERNISATION: KEY CONCEPT PAPER. LEEDS: UNIVERSITY OF LEEDS, 2015. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://EPRINTS.WHITEROSE.AC.UK/117297/1/GLUECK%202016\\_DE-WESTERNISATION.PDF](http://EPRINTS.WHITEROSE.AC.UK/117297/1/GLUECK%202016_DE-WESTERNISATION.PDF)>. ACESSO EM: NOV 2018.

HORKHEIMER, MAX & ADORNO, THEODORE. DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO: FRAGMENTOS FILOSÓFICOS. RIO DE JANEIRO: ZAHAR, 1985.

KAKUTINI, MICHICO. A MORTE DA VERDADE: NOTAS SOBRE A MENTIRA NA ERA TRUMP. RIO DE JANEIRO: INTRÍNSECA, 2018.

MAZZOLENI, GIAMPETRO. POPULISM AND THE MEDIA. IN: ALBERTAZZI, D. & McDONNELL, D. (Eds.), TWENTY-FIRST CENTURY POPULISM: THE SPECTRE OF WESTERN EUROPEAN DEMOCRACY. BASINGSTOKE AND NEW YORK, NY: PALGRAVE MACMILLAN, pp. 49–64, 2008.

MORRISON, WAYNE M. CHINA’S ECONOMIC RISE: HISTORY, TRENDS, CHALLENGES, AND IMPLICATIONS FOR THE UNITED STATES. WASHINGTON: CRS REPORT; 7-5700 RL33534. SEPTEMBER 15, 2017.

CHINA’S ECONOMIC RISE: HISTORY, TRENDS, CHALLENGES, AND IMPLICATIONS FOR THE UNITED STATES

PICARD, ROBERT G. (Eds.) THE EURO CRISIS IN THE MEDIA: JOURNALISTIC COVERAGE OF ECONOMIC CRISIS AND EUROPEAN INSTITUTIONS. LONDON: I. B. TAURIS, 2015.

PIKETTY, T. O CAPITAL NO SÉCULO XXI. LISBOA: TEMAS E DEBATES, CÍRCULO DOS LEITORES, 2014.

SIMITI, M. RAGE AN PROTEST: THE CASE OF THE GREEK INDIGNANT MOVEMENT. CONTENTION: THE MULTIDISCIPLINARY JOURNAL OF SOCIAL PROTEST, VOL. 3(2), PP. 33-50, 2016. DISPONÍVEL EM:

<[HTTPS://WWW.BERGHAHNJOURNALS.COM/VIEW/JOURNALS/CONTENTION/3/2/CONT030204.XML](https://www.berghahnjournals.com/view/journals/contention/3/2/CONT030204.xml)>. ACESSO EM: NOV DE 2018.

STROMBACK, JASPAR. FOUR PHASES OF MEDIATIZATION: AN ANALYSIS OF THE MEDIATIZATION OF POLITICS, INTERNATIONAL JOURNAL OF PRESS/POLITICS, 13(3), 228–246, 2008.

STROMBACK, JASPAR. MEDIATIZATION AND PERCEPTIONS OF THE MEDIA’S POLITICAL INFLUENCE. JOURNALISM STUDIES, 12: 423-439, 2011.

TAMBINI, DAMIEN. FAKE NEWS: PUBLIC POLICY RESPONSES. MEDIA BRIEF 20. LONDON: MEDIA POLICY PROJECT, LONDON SCHOOL OF ECONOMICS AND POLITICAL SCIENCE, 2017.

TORNERO, JUAN MANUEL PEREZ & VARIS, TAPIO. MEDIA LITERACY AND NEW HUMANISM. MOSCOW: UNESCO INSTITUTE FOR INFORMATION TECHNOLOGIES IN EDUCATION, 2010.



WALLERSTEIN, IMMANUEL M. WORLD-SYSTEMS ANALYSIS: AN INTRODUCTION. DURHAM AND LONDON: DUKE UNIVERSITY PRESS, 2004.

WALLERSTEIN, IMMANUEL. M. EUROPEAN UNIVERSALISM: THE RHETORIC OF POWER. LONDON: NEW PRESS, 2006.

WOLTON, DOMINIQUE. PENSAR A COMUNICAÇÃO. BRASÍLIA: UNB, 1997/2004.